

Populismo periférico: o pensamento político do Cedec (1976-1988)

Daniela Xavier Haj Mussi

Doutora em Ciência Política pela Unicamp

Pós-doutoranda em Ciência Política na USP

Apresentação

O objetivo do paper é apresentar os contornos gerais de uma pesquisa em andamento no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo sobre o pensamento político desenvolvido no âmbito do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) a partir de sua fundação em 1976, que possa lançar bases para uma investigação de fôlego sobre o desenvolvimento das ideias democráticas no Brasil contemporâneo. Para isso, toma como referência os primeiros anos de existência do Cedec, centro estabelecido em São Paulo a partir da atividade comum de intelectuais, pesquisadores e professores engajados no estudo dos problemas teóricos e práticos sobre a política e a vida popular brasileira.

A proposta da pesquisa mais ampla é investigar o papel do Cedec na afirmação de um pensamento sobre o problema da participação política das classes populares brasileiras que ganhou fôlego “no momento de crise do regime militar, que se iniciou em meados dos anos 1970 e se prolonga até o fim dos anos 1980, quando os militares deixam a cena política e os arranjos institucionais da nascente democracia passam a ser construídos” (Andrade, 2010, p.377). No momento da fundação do centro, a ditadura brasileira já dava “sinais de fraqueza” (Chauí e Nogueira, 2007, p.174), ao mesmo tempo em despontavam processos políticos populares em larga escala, com a atuação de grupos, movimentos sociais e associações questionadoras não apenas do regime, mas da política tradicional vigente no país (Brandão, 2007, p.164).

Neste momento, passava a ser colocado o problema “de um novo tipo de democracia no Brasil”, original em relação aos países europeus e aos Estados Unidos, uma democracia que pudesse, além disso, realizar-se “sem as marcas do Getulismo” (Chauí e Nogueira, 2007, p. 175; Weffort, 1978). A questão da participação se ampliava para envolver reflexões sobre a história, a cultura e o Estado brasileiros. Assim, os temas da transição política se entrelaçavam à interpretação histórica do populismo brasileiro para, na experiência do Cedec,

apresentar a transição como um momento de “reinvenção da sociedade civil” (Weffort, 1984, p. 93).

O “pensamento democrático de esquerda” que esteve na base da fundação do Cedec se distinguiu por sua ênfase em um conteúdo extraestatal e extrapartidário, ou seja, em “modalidades alternativas de institucionalização” política (Chauí e Nogueira, 2007, p.221). Esta perspectiva “alternativa” aparecia como a novidade intelectual e científica, ao mesmo tempo que engendrava um conjunto de promessas políticas para as mudanças que o país enfrentava. No “intervalo” que se abriu com a crise do regime ditatorial e das principais teorias e ideias políticas que então predominavam na cultura acadêmica e não acadêmica, o Cedec buscava se colocar como frente de aglutinação e desenvolvimento de um novo pensamento de matriz democrática e radical para explicar e, principalmente, guiar a compreensão e saída dessa crise.

Entre os primeiros sinais de crise da ditadura brasileira e o processo constituinte que inaugurou a Nova República, este “novo” pensamento se caracterizou principalmente pela crítica da “transição pelo alto” para a democracia no Brasil, tanto política como culturalmente (Weffort, 1984, p.17). Aqui, o Cedec – com suas pesquisas, relatórios, publicações e eventos – foi parte ativa da elaboração da ideia de que o povo, em geral, se mantinha *à margem* dos processos políticos decisórios da nação, sem compor sequer alguma forma de “pacto social” (Ibid., p.17). Esta caracterização, por sua vez, foi acompanhada do interesse crescente e entusiasta na atividade política popular, em suas diversas modalidades, características e potencialidades, bem como seu impacto na vida brasileira (Andrade, 2010, p.378).

A fundação do Cedec pareceu combinar dois objetivos: da busca por um novo “lugar político” para os intelectuais na vida nacional e da abertura de um novo campo de investigação e reflexão no qual as classes populares poderiam revelar sua história, cultura dinâmica política próprias. Neste sentido, o estudo do pensamento político desenvolvido inicialmente no interior do Cedec revela os impasses da afirmação original de uma tendência democrática adaptada ao problema da transição política na qual a atividade intelectual adquiriria novo significado e simbolismo.

A pesquisa tem como principal objetivo investigar o pensamento político do Cedec no período entre 1976 e 1988, identificando sua especificidade e originalidade no quadro mais geral do pensamento político brasileiro. Além disso, tem como objetivos secundários reconstruir documentalmente a história do Cedec, bem como apresentar um esboço geral de

seu funcionamento e atividades ao longo do período estudado, material que pode servir como base para pesquisas futuras. Para sua condução, trabalho trabalhará com as seguintes hipóteses iniciais de pesquisa:

a) A agenda de pesquisa elaborada por Lynch (2013, p.731) para uma retomada abrangente do estudo do pensamento político brasileiro entre 1880 e 1970 desenvolve as categorias de cosmopolitismo periférico e nacionalismo periférico para enquadrar de maneira ampla o pensamento desenvolvido em ambientes intelectuais institucionalizados. Seguindo esta elaboração, parece plausível propor o pensamento do Cedec, no período entre 1976 e 1988, como desenvolvimento de um pensamento político de tipo *populista periférico*.

a.1) Ainda que seja possível retrair o nascimento da matriz populista periférica em outras iniciativas intelectuais, como o Iseb, a experiência do Cedec no contexto da transição política para a democracia no Brasil se revelou como ponto culminante do esforço pela conquista da hegemonia deste paradigma entre os intelectuais.

b) O pensamento populista periférico do Cedec se expressou inicialmente na vocação “popular-participante” de seus intelectuais e, ao final dos anos 1980, derrotado em seus propósitos iniciais, cristalizou-se em um ponto de vista intelectual-acadêmico.

b.1) Neste segundo momento, o pensamento político do Cedec ofereceu as bases para a afirmação e desenvolvimento, no Brasil, das teorias participativas da democracia.

Por que uma pesquisa sobre o pensamento político do Cedec?

Em 2016, o Cedec completa 40 anos de sua fundação. Apesar disso, não existe uma investigação abrangente sobre a formação e diferentes momentos deste centro, bem como sua contribuição para o pensamento político brasileiro. De maneira geral, as pesquisas que lançaram mão da história e documentação do Cedec o fizeram de maneira pontual, como fonte bibliográfica e de dados empíricos. O presente estudo pretende investigar o pensamento político que permeou a fundação e primeiro desenvolvimento deste centro, no período entre 1976 e 1988. O pensamento político cedequiano será pesquisado na mediação entre a atividade e experiência institucional de seus intelectuais (Dos Santos, 2002 [1975], p.57).

O surgimento do Cedec foi resultado do esforço coletivo de intelectuais e pesquisadores que sentiam a necessidade de ampliar o arcabouço teórico e prático da democracia brasileira, em particular ampliar e aprofundar a reflexão sobre o a vida das classes populares, sua cultura e organização política, bem como oferecer orientação e soluções a partir da pesquisa em diferentes áreas (Chauí e Nogueira, 2007). O engajamento extra-acadêmico foi a marca de seu surgimento, de uma geração que procurava “ir ao povo” e encontrar uma vocação intelectual-participante. Este duplo viés, acadêmico e participante, caracterizou de maneira original a experiência fundacional do Cedec, como parte intrínseca do “processo histórico, conceitual e intelectual” de seu desenvolvimento. Experiência, portanto, cuja identidade se deu pela combinação contraditória entre certo heroísmo. próprio da *intelligentsia*,¹ e o mal estar resultante da consciência da subalternidade intelectual periférica (Lynch, 2013, p.730-731).

O pano de fundo desta pesquisa será a relação da intelectualidade cedequiana com os desafios do pensamento e prática democráticos, problema-chave de toda a história do centro, no contexto da transição. O que se visa, aqui, é investigar as origens e diferentes formas que este problema assumiu na atividade de seus pesquisadores e pesquisadoras, em sua relação com as iniciativas do Cedec e também com as mudanças culturais e políticas da época. A questão mais geral, não necessariamente aparente, é a que diz respeito à difícil localização dos intelectuais na vida política e cultural brasileira. Um dos momentos deste conflitivo

¹ No que diz respeito à “ida ao povo” a experiência do Cedec parece compartilhar elementos da tradição da *intelligentsia* europeia, sem que isso tenha significado uma transposição mecânica desta experiência como modelo para a realidade brasileira (cf. Brandão, 2001, p.31)

processo de localização parece se evidenciar na inflexão (anunciada em 1987, como “nova fase”, na revista *Lua Nova*) do centro no sentido da atividade intelectual-acadêmica no final dos anos 1980 (Brandão, 2007, p.139). Este momento marcou o afastamento do Cedec com relação às suas primeiras intenções e o início de uma trajetória “analítica”, de investigação a respeito de uma matriz democrática do pensamento e teoria políticos (Ibid., p.37-38).

Isso posto, o retorno ao problema das ideias e seu lugar no pensamento brasileiro, bem como o desenvolvimento de uma ampla história disciplinar das ciências sociais e os esforços por desvendar o “pensamento político-social brasileiro”, a partir dos anos 1990, poderiam ser pensados como resultados não previstos deste processo. Sob os escombros da derrota do pensamento político democrático-participante emergiria o novo esforço de autorreconhecimento dos intelectuais brasileiros, agora alienados da esfera política a qual se empenharam por interpretar e prospectar (Lynch, 2013, p.727; Brandão, 2001, p.30-31).

Em sua fundação, os intelectuais do Cedec advogaram a pretensão de “cimentar as homogeneidades e organizar a luta social”, em outras palavras, de organizar uma hegemonia cultural no contexto da transição brasileira para a democracia (Faoro, 1987, p.11). É neste universo intencional que o pensamento político do centro precisa ser investigado. O estudo de seu programa político-cultural e iniciativas, seus projetos de pesquisa em variadas versões e os respectivos resultados, não pode ser realizado sem que capture as vicissitudes de um pensamento em movimento, que procurava elaborar suas perguntas e resposta em um contexto de profunda crise cultural e política. O estudo do pensamento político do Cedec, portanto, não se limita à pesquisa da função ideológica de seus intelectuais, do “elemento da ação” e eficácia das ideias sobre um determinado público (Ibid., p.12). A natureza deste estudo é, alternativamente, a da reconstrução do ritmo de desenvolvimento de um “saber não formulado”, que se desenrola na *práxis* da atividade intelectual como produto necessário do combate de consequências inesperadas pela hegemonia (Faoro, 1987 p.14; Dos Santos, 2002 [1975], p.39).

Para esta investigação, ainda que seja fundamental o vasto volume de pesquisa já produzido sobre a história contemporânea das ciências sociais, não é suficiente (Miceli, 1993; 1995; 2001a; 2001b; Lynch, 2013, p.756). Para capturar o pensamento político que permeia a vida inicial do Cedec, propõe-se uma investigação de perfil diferente, uma história política do pensamento político forjado pelos intelectuais que tomaram parte do centro (Lynch, 2013, p.731; Bianchi, 2014). Para isso, exige intimidade documental com as grandes sínteses da

atividade intelectual do centro, mas também com seus os registros parciais, menores e esquecidos. As indagações, aqui, se orientam para compreender: o que faziam os intelectuais do Cedec ao criarem este centro? Que problemas procuravam responder? Como responderam? (Skinner, 2002, p.82).

Isso pressupõe, como ponto de partida, desvincular-se da ideia de que a atividade intelectual desenvolvida pelo Cedec seria redutível mecanicamente à continuação do desenvolvimento dos problemas e argumentos, tidos como “perenes”, de uma tradição determinada de pensar o Brasil (Ibid., p.85). Ainda que indagações do pensamento político cedequiano sejam recuperadas do léxico político-cultural antecedente, o principal objetivo aqui é captar o desenvolvimento destes problemas em ato, como parte de uma intervenção político-cultural própria. Apenas desta forma parece possível remeter à ideia de um pensamento político próprio ao desenvolvimento do Cedec, bem como tecer os laços de continuidade e contingência na relação com seu passado (Ibid., p.89).

Em sua fundação, o Cedec reuniu um grupo de intelectuais bastante ativo, formado especialmente por professores e jovens pesquisadores tais como Francisco Weffort, Marilena Chauí, José Alvaro Moisés, Amélia Cohn, Maria Vitória Benevides, Pedro Jacobi, Régis Castro Andrade, Ricardo Neder, Roque Silva, Lúcio Kowarick, Márcia Leite, Pedro Jacobi, Edison Nunes, entre outros. As iniciativas do centro reuniam projetos de pesquisa individuais, programas de pesquisa mais abrangentes, assessorias e formações, eventos públicos diversos e um conjunto de publicações (próprias ou feitas por encomenda). Quase todas estas atividades podem ser pesquisadas por meio da vasta documentação reunida pelo Cedec e disponível para consulta no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), na Universidade Estadual de Campinas. A documentação referente ao período 1976-1988, desde o mais modesto conjunto de anotações até os livros e publicações oficiais, é de enorme importância para a reconstrução do contexto e das intenções subjacentes à formação do Cedec.²

² Para fins didáticos, o levantamento documental-base para a presente pesquisa segue em anexo a este documento em arquivo em formato Excel.

O populismo periférico: construção de uma categoria de análise

Em seu ensaio sobre a “imaginação social brasileira”, escrito em 1975, Wanderley Guilherme Dos Santos notou “o escasso número de investigações relativamente recentes sobre o desenrolar do pensamento político e social brasileiro”, além do caráter pouco original das pesquisas e sínteses sobre este pensamento formuladas ao longo do século XX (Dos Santos, 2002 [1975], p.25). Por um lado, afirmou, a Revolução de 1930 teria inaugurado uma nova fase na vida política e social brasileira, na qual os intelectuais brasileiros elaboraram um repertório completo de questões³ que se mantiveram como núcleo fundamental e não exaustivo de problemas a serem resolvidos teórica e praticamente até o dias atuais (Ibid., p. 43-44). Por outro, as iniciativas do pensamento político subsequente, entre 1937 e 1945, teriam como marca um desenvolvimento descontínuo, resultante da repressão da ditadura varguista. O retorno repetitivo às hipóteses e sínteses dos anos 1930, neste período, teria dado o tom da formação da geração seguinte, especialmente sua tendência em ignorar o passado cultural brasileiro e a fixar-se em modelos de trabalho científico-positivistas que se afirmavam no ambiente acadêmico neste período (Ibid., p.26).

Para Dos Santos, este cenário intelectual começaria a ser transformado nos anos 1950, em especial por meio do Instituto de Estudos Brasileiros (Iseb), cuja principal característica esteve em buscar a unidade entre a atividade intelectual e a atuação política. Apesar de seu ambiente interno conflitivo e suas crises, este instituto teria retomado ideias anteriores do pensamento político brasileiro e oferecido a elas um compasso atualizado, capaz de difundir-se nas universidades em expansão (Ibid., p. 46-47). O Iseb teria sido responsável pela elaboração de um programa político-intelectual a partir os eixos da nacionalização do processo econômico e na inclusão das massas urbanas na coalizão política para dar suporte a este desenvolvimento (Ibid., p. 46). O contexto pós 1964 coincidiria, por sua vez, com uma entronização do léxico e vocabulário marxistas no ambiente acadêmico brasileiro, em particular na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de

³ Um repertório que recuperou o problema secular da centralização *versus* descentralização política, das origens da crise das sociedades modernas, a questão militar, o impacto das sociedades avançadas sobre aquelas em desenvolvimento, o papel das elites e das massas neste desenvolvimento, bem como de seus partidos, e a reflexão sobre o passado nacional e seus agrupamentos econômicos (Dos Santos, 2002 [1975], p. 44). Para Dos Santos, diferente de seus “herdeiros”, a geração intelectual dos anos 1930 era composta de diversas orientações e caracterizada pela falta de preparação acadêmica sistemática, sendo sua principal contribuição justamente a fixação deste repertório de problemas (Ibid., p. 45).

São Paulo, de maneira menos dogmática que aquela experimentada no próprio Iseb (Lynch, 2013, p.757-758). O nascimento do pensamento político do Cedec poderia, então, ser localizado neste entrechoque das elaborações do intelectuais vinculados inicialmente ao Iseb e, em segundo momento, à FFLCH-USP.

Para compreensão geral da história do pensamento político brasileiro, Dos Santos propõe como a ideia de uma “mesma concepção de política” que se repete ao longo do tempo, oscilando entre as identidades liberal e conservadora (Dos Santos, 2002 [1975], p.57). Sob esta dupla conceitual se organizariam as diferentes estratégias de ação do pensamento de liberais e conservadores, os primeiros sempre em sua “reificação institucional” e os segundos “atentos ao tecido de relações” que garantem a preponderância das instituições (Ibid., p.57). Esta argumentação histórica mais geral foi acompanhada da reflexão sobre as matrizes dos estudos sobre o pensamento político brasileiro realizados ao longo do século XX, que poderiam ser organizadas em três: institucional, sociológica e ideológica.

Para a matriz institucional, o ano de 1930 foi tomado como marco, contexto em que os primeiros passos da organização universitária contribuíram para a o desenvolvimento da profissão de cientista social. Neste período, os textos sobre o pensamento brasileiro possuíam característica fortemente cronológica, com tendência a reduzir a vida cultural à dicotomia ensaísmo *versus* cientificismo, essencial para afirmação da centralidade do ambiente acadêmico (Ibid., p. 30). Seria uma “historiografia que ordena o passado em função do presente” institucional, cujo determinismo impediria o entendimento das “articulações do desenvolvimento intelectual” (Ibid., p.30). Além disso, o pensamento político era pensado como determinado pelo desenvolvimento econômico e pelo aparecimento de classes sociais, em um concepção evolutiva que separava a literatura e a história da ciência (Ibid., p.32). O pensamento político poderia ser narrado, no limite, como história da evolução disciplinar-científica.

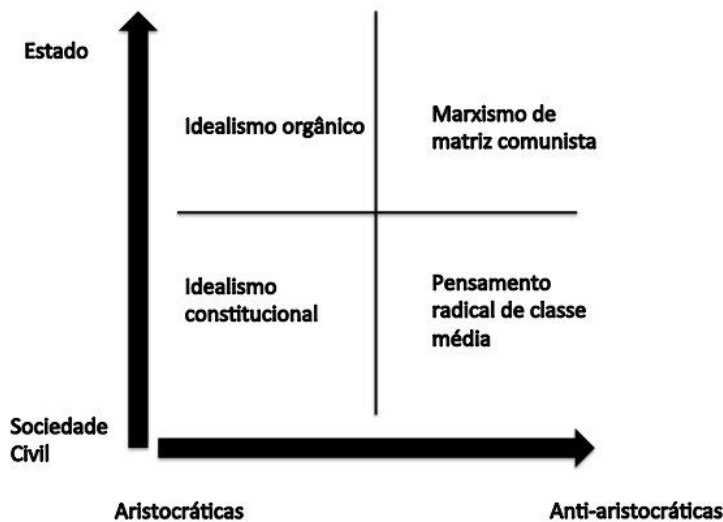
A matriz sociológica era aquela que tomava como parâmetros para estudo do pensamento as características da estrutura econômica-social, sendo as ideias decorrência das modificações desta estrutura. Os atributos do pensamento seriam deduzidos do processo social, modelo comum à historiografia marxista dogmática da época (Ibid., p.31). Aqui, o pensamento seria pensado como “racionalidade cristalina”, sem conceber qualquer espaço para o engano e as inflexões, sendo as intenções intelectuais deduzidas diretamente de seu vínculo socioeconômico (Ibid., p.33). Na medida em que todos os pensamentos seriam

remetidos à estrutura social, a história do pensamento político poderia ser reduzida a uma sociologia dos intelectuais.

A matriz ideológica, por fim, seria aquela que – apesar de seus limites – mais frutos teria oferecido para uma história do pensamento político, por sua preocupação em “analisar os textos brasileiros de reflexão social com o objetivo explícito de buscar sua caracterização conceitual própria, independente dos azares conjunturais da empiria” (Ibid., p.36). A busca pela “diferenciação e análise conceitual” permitiria a este tipo de pesquisa, exemplar no trabalho de Guerreiro Ramos, uma visão mais elaborada, atenta em seguir o ritmo de pensamento do autor por meio da identificação da sua forma de conceitualização, além de enfatizar sua peculiaridade teórica (Ibid., p.37). O desenvolvimento desta matriz permitiria “perceber as distinções cada vez mais nuançadas e finais” de um pensamento, notar “a diferença, o diverso, ali onde a visão deseducada vê apenas a mesma coisa” (Ibid., p.36). A pesquisa do pensamento político, aqui, poderia ser tomada como uma história ideológica das ideias.

Em seu programa pesquisa,⁴ Gildo Marçal Brandão recorreu ao trabalho de Dos Santos e buscou expandir seu plano de análise. Para tal, propôs o estudo das “famílias intelectuais” do pensamento político brasileiro para verificar de que forma os conceitos de “idealismo orgânico” e “idealismo constitucional”, elaborados originalmente por Oliveira Vianna e presentes no modelo de Dos Santos, poderiam servir para “descrever e analisar as principais formas de pensamento”, em especial aquelas que, “no processo de naturalização do Brasil industrial”, atuaram como “concepções anti-aristocráticas do país”: o pensamento radical de classe média e o marxismo de matriz comunista (Brandão, 2007, p.29-30; 129). Para fins didáticos, a localização das “famílias intelectuais” do pensamento político brasileiro elaborada por Brandão poder ser representada pela seguinte figura:

⁴ Referência ao livro *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro* (Brandão, 2007), cujos argumentos estruturaram a pesquisa coletiva desenvolvida no Cedec entre 2007 e 2011 sob auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).



Nesta representação, o eixo horizontal representa a temporalidade na qual as diferentes matrizes intelectuais emergiram. Brandão dá especial destaque ao surgimento das concepções anti-aristocráticas, “possível” no processo de desenvolvimento econômico, processo no qual “o tecido social adquiriu certa densidade, a sociedade internalizou seu ‘centro de decisão’”, ou seja, nacionalizou-se (Ibid., p.57). No eixo vertical, estão representadas as ênfases dadas por cada família intelectual. Importante dizer que este eixo se vincula diretamente a modalidade ideológica na qual o discurso político se desenvolve em cada caso, e a ênfase em um não implica a negação do outro termo, mas revela sua “estratégia”.⁵

Com este modelo de pesquisa, Brandão realizou uma combinação das “matrizes” sociológica e ideológica propostas por Dos Santos. Neste sentido, aceitou a dimensão conceitual e de diferenciação ideológica como base da formação das diferentes formas de “parentesco político” no Brasil. Em seguida, desenvolveu o modelo binário anterior, replicando-o no surgimento de duas novas matrizes, resultantes do “adensamento do tecido social” que tornara possível o surgimento de um pensamento antiautoritário no Brasil (Ibid., p.33). Entre as novas matrizes, Brandão localizou criticamente o “pensamento radical de

⁵ Em sua análise do pensamento aristocrático, inclusive, Brandão destacou a centralidade estatal, entre conservadores e liberais, no pensamento sobre a formação social brasileira, assim como Dos Santos havia afirmado a identidade entre eles quanto à concepção de política (Ferreira e Botelho, 2010, p.21; Brandão, 2007, p.48-49).

classe média”, corporificado principalmente na “ciência social uspiana”, cuja principal característica teria sido “tardar a reconhecer o peso que o Estado desempenhou na trajetória do país”, seja por seu “eurocentrismo”, seja por sua concepção da “autonomia do político” (Ibid., p.129). Além disso, o aspecto “antiestatal” teria feito com que esta matriz tivesse assimilado características “de outra família intelectual à primeira vista distante, a constitucionalista”, o que se manifestaria de maneiras distintas no pensamento de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort (Ibid., p.129).⁶

Interessante notar que Brandão incluiu em seu *Linhagens*, como um capítulo, o artigo elaborado e apresentado alguns anos antes, em 2001, como conferência no evento comemorativo dos 25 anos do Cedec e mantido com poucas modificações na edição do livro em 2007. Neste aparecia o reconhecimento do Cedec como “parte da história intelectual de uma geração” que ainda precisaria ser contada (Ibid., p.137). Semelhante ao que Dos Santos dissera sobre a intelectualidade dos anos 1930, Brandão trabalhava com a hipótese do Cedec como fonte do surgimento de um repertório específico de uma “série de temas, problemas, formas de abordagem e argumentos que se disseminaram nas ciências sociais brasileira” no contexto da transição (Ibid., p.137).

O pensamento do Cedec, para Brandão, teria como principal característica ter identificado “a contradição básica do experimento do pós-guerra no amálgama entre uma estrutura sindical estatalizada e corporativa com uma democracia representativa de participação ampliada, reivindicando a autonomia do estado vis-à-vis as classes sociais” (Ibid., p.137). Além disso, uma de suas principais contribuições fora a de explorar o conceito de populismo, elevando-o à condição de matriz explicativa. Apesar disso, o Cedec teria enfrentado um grande dilema na virada dos anos 1990 tendo como consequência “uma reação de autodefesa e distanciamento da práxis anterior (Ibid., p.138).

Apesar de não ter realizado a “história intelectual” do Cedec e de sua “virada”, é importante notar que a contribuição do centro para o pensamento político brasileiro não passou despercebida por Brandão. Sua pesquisa para *Linhagens* não chegou a avançar na localização específica do pensamento do centro no interior da matriz do pensamento radical de classe média, que melhor representaria a experiência do Cedec no interior modelo

⁶ A consequente preocupação com as afinidades eletivas entre o marxismo de matriz comunista e o idealismo orgânico pode ser o motivo que levou Brandão a uma tentativa de reconhecimento crítico dos méritos do pensamento “idealista orgânico” de Oliveiros S. Ferreira em um capítulo de *Linhagens*, intitulado, não por acaso, como “O revolucionário da ordem” (Brandão, 2007, p.103 e ss.; p.131).

proposto. Apesar disso, as notas e comentários que estruturaram a problematização final de *Linhagens* a respeito de um “programa de pesquisa à esquerda”, a ser realizado no contexto do “esgotamento” das formas autoritárias de pensar, como “retomada em novas de questões centrais da sociedade brasileira”, com combinação da incorporação da população na política e de um novo protagonismo dos intelectuais, podem fazer pensar em uma identidade próxima de Brandão aos propósitos originais do Cedec (Ibid., p. 160, 164, 170).

Apesar de sua contribuição, a estrutura matricial de Gildo possui tensões que se evidenciam principalmente na análise das matrizes antiautoritárias, cuja afirmação exige o pressuposto determinista de que o pensamento apenas “evoluiria” como resultado da percepção das mudanças da estrutura econômica. Christian Lynch parece consciente das tensões próprias a este modelo matricial quando reelabora a agenda de pesquisa de Brandão nas categorias de cosmopolitismo periférico e nacionalismo periférico. Em seu esboço para uma “história da história do pensamento político brasileiro”, Lynch propôs a hipótese mais geral de que historicamente os grupos intelectuais ibero-americanos são marcados por uma “percepção periférica”, que se reflete em um “sentimento de inferioridade a respeito de seus produtos culturais” (Lynch, 2013, p.739). Com isso, Lynch afastava o pressuposto econômico para afirmar o desenvolvimento de uma percepção periférica – ou subalterna – como chave interpretativa para a investigação do pensamento político desenvolvido neste países.

Nesta elaboração, o paradigma cosmopolita teria predominado até I Guerra Mundial, cristalizado na ideia de busca do “povo verdadeiro” pelos intelectuais como base do processo civilizador. Neste paradigma, reconhecia-se que o espírito do povo que se manifestava na obra de seus “grandes homens” (Ibid., p.739-740), mas, para muitos, o que se sobrepunha era a dúvida se o Brasil possuiria um povo distinto da mera população (Ibid., p. 741). Assim como Dos Santos e Brandão, Lynch estabelece 1930 como ponto culminante deste paradigma e do desenrolar da crise da ideia de que, sem este povo e cultura pré-concebidos, o Brasil não possuiria vida intelectual (Ibid., p.742).

O surgimento, no entreguerras, de um paradigma nacionalista teria desencadeado uma mudança importante na forma de pensar o lugar dos países periféricos, e a crítica do evolucionismo cultural cosmopolita permitiu pensar a singularidade da cultura em cada país (Ibid., p.745). A noção de pluralidade passa a ocupar um lugar especial para matizar o modelo da universalidade anterior e permite a emergência da atenção para o passado local, com a elaboração das primeiras histórias do pensamento político brasileiro de intenção não

depreciativa (Ibid., p. 746). As características diferenciais deste novo paradigma estariam na “necessidade de estudarmos nosso povo”, bem como na rejeição do papel do intelectual como “passivo espectador do mundo”. (Ibid., p.746-747).

Na elaboração de Lynch, apesar do novo paradigma ter “internalizado” a relação dos intelectuais com o pensamento político local – tal como propusera Brandão – dando espaço para uma nova elaboração sobre o povo, isso não teria tido por efeito o reconhecimento da equivalência entre os periféricos e cêntricos no pensamento político brasileiro, mas forjado a noção de “inserção subalterna” e, em alguns casos, a rejeição do passado intelectual brasileiro como antinacional (Ibid., p.747). Desta forma, a principal distinção entre cosmopolitas e nacionalistas não seria aquela entre aristocráticos e antiaristocráticos, já que o sentimento periférico predominante e contínuo na história do pensamento político faria parte de uma atividade intelectual referenciada sempre na comparação com as elites culturais estrangeiras.

Na pesquisa de Lynch, a dimensão institucional foi retomada, mas de maneira diferente daquela discutida por Dos Santos, em um esforço de pesquisa do pensamento político tomando como referência diferentes experiências institucionais e sua importância na difusão de certas ideias e teorias. No interior do paradigma cosmopolita periférico, hegemônico entre 1880 e 1930, Lynch localizou a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A ascensão e desenvolvimento do nacionalismo periférico, entre 1930 e 1970, Lynch localizou nos Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Ibid., p.754-757).

Tomando essa elaboração com base, apesar da identidade “política” com a atividade do Iseb, o Cedec só poderia ser plenamente compreendido a partir do desenvolvimento, pós 1964, do marxismo não dogmático no ambiente acadêmico da FFLCH-USP (Ibid., p.756-757). Lynch destaca, em especial, o papel do trabalho de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1960, em fomentar o aumento do interesse pela maneira como os intelectuais brasileiros historicamente se relacionaram com o ideário dos países centrais, destacando os deslocamentos e desfigurações próprios deste processo (Ibid., p.757). Esta última ideia, melhor cristalizada na pena de Roberto Schwarz, de um pensamento político brasileiro estranho ao seu meio ou elaborado como ornamento, teria estruturado o ambiente dos intelectuais filo-marxistas da época (Ibid., p.758).

Na elaboração de Lynch, a reflexão sobre o caráter periférico do pensamento político brasileiro é bastante fértil, ainda que corra o risco próprio das tendências mitológicas de generalização que esterilizam a pesquisa sobre a história do pensamento político ao enquadrá-lo em questões ou padrões perenes (Skinner, 2002). O núcleo importante do argumento de Lynch é a observação de que os grupos intelectuais brasileiros historicamente tenderam a identificar seus defeitos e virtudes de maneira extrínseca, subalterna à recepção de ideias e teorias “alienígenas”. Em consequência, o pensamento sobre o povo e o popular manteve sempre um caráter externo e abstrato, mesmo entre os intelectuais democráticos ou “nacionalistas” (Candido, 1974, p.13). Em sentido mais amplo, portanto, seria possível dizer que o cosmopolitismo é a marca mais geral do pensamento de “cosmopolitas” e “nacionalistas” brasileiros (Gramsci, 1976, p.1756).⁷

A interrupção do modelo de Lynch nos anos 1970 não parece ocasional. Seu ensaio aponta, embora sem desenvolver, para uma revitalização do pensamento político brasileiro – possivelmente em contraste com sua tendência periférica – a partir da contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos sobre os conservadores (Lynch, 2013, p. 759). Brandão, como visto, havia apontado para a necessidade de uma agenda “à esquerda” para o estudo do pensamento político no contexto da transição e posterior. Curiosamente, em ambos os modelos, à medida que a linha do tempo se desenrola a tendência passa a ser a escolha de um representante do “acerto de contas” com as fragilidades matriciais do pensamento, ou de seu caráter periférico. Isto parece revelar o aspecto fortemente retrospectivo das pesquisas realizadas, que precisará ser levado em consideração por novas investigações.

O Cedec foi fundado por pesquisadores socialistas, radicais e democráticos “de classe média”, formados no ambiente universitário em expansão, que se esforçava por compreender e teorizar de um ponto de vista crítico a “inserção subalterna” do Brasil nas relações globais.

⁷ Nos *Quaderni del Carcere*, Antonio Gramsci propõe a dupla cosmopolitismo *versus* nacionalismo para pensar os grupos intelectuais, embora de uma maneira diferente da proposta por Lynch. Mais do que propor uma diferenciação ideológica, Gramsci pretende expressar uma contradição própria à atividade intelectual na modernidade. O cosmopolitismo (ou internacionalismo), aqui, é “premissa necessária” da vida econômica moderna em que a produção e circulação de mercadorias se complexifica e expande em ritmo inédito. Por outro lado, Gramsci observa, a “vida estatal se desenvolve sempre mais no sentido do ‘nacionalismo’” do pensamento que busca ‘bastar a si mesmo’” (Gramsci, 1975, p.1756). A falta de autonomia do pensamento político brasileiro, de uma vida estatal de desenvolvimento precário e periférico, pode ajudar a identificar sua dimensão cosmopolita mais geral. Aparentemente, ainda que percorrendo um caminho diferente, Wanderley Guilherme Dos Santos parece ter chegado a conclusões parecidas sobre a intelectualidade brasileira, o que pode ser investigado, por exemplo, em sua ideia da “reoligarquização da democracia brasileira” (Moreira, 2014, p.296-297).

Neste sentido, a pesquisa propõe como hipótese de partida a ideia do Cedec como ambiente da formação de um *pensamento político populista periférico*. Esta hipótese parte das dimensões históricas (institucional e cultural) que permitem compreender a elaboração das problemáticas cedequianas, como a relação entre democracia e capitalismo, democratização e desenvolvimento. E soma a isso o estudo do “viés prático”, de “intervenção”, que orientou o nascimento do centro, em particular no contato com a vida sindical e a dinâmica dos movimentos populares urbanos e rurais, índice dos problemas e dilemas que estes intelectuais buscavam enfrentar no contexto da transição política brasileira. Para captar o pensamento político elaborado no âmbito do Cedec, a pesquisa deve trabalhar no encontro da “herança” formativa, das pressões e adequações institucionais com a contextualização da experiência intelectual concreta e específica do centro, que permitiu a emergência de um “saber não formulado” que sustentou sua existência e novidade.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, I. Participação política não eleitoral ou partidária: Associações, Conselhos e Orçamento Participativo. In: LESSA, R. (coord.) **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: ciência política**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p.377-400.

ARRUDA, M. A. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, S. (Ed.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, v. 2, 1995. p. 107-232.

BIANCHI, Alvaro. Para uma história política do pensamento político: anotações preliminares. **GPMPP Working Papers**, Campinas, n. 1, 2014.

_____. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sérgio (Ed.). **História das ciências sociais no Brasil**. 2 ed. rev. São Paulo: Sumaré, v. 1, 2001. p. 227-369.

BOTELHO, A.; LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil: pensamento social e cultura política. Tópicos de uma necessária agenda de investigação. **Perspectivas**, n. 28, p.7-15, 2005.

BRANDÃO, G. M. Ideias e intelectuais: modos de usar. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 54, p.25-34, 2001.

_____. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

- CANDIDO, A. Sobre o trabalho teórico (entrevista). **Trans/Form/Ação**, v.1, p. 9-23, 1974.
- CHAUÍ, M.; NOGUEIRA, M. A. O pensamento político e a redemocratização no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 71, p.173-228, 2007.
- CORRÊA, M. A antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, S. (Ed.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, v. 2, 1995. p. 25-106.
- DOS SANTOS, W. G. Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: DOS SANTOS, W. G. **Roteiro bibliográfico do pensamento político brasileiro (1870-1965)**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/Casa Oswaldo Cruz, 2002 [1975].
- FAORO, R. Existe um pensamento político brasileiro? **Estudos Avançados**, v. 1, n.1, p. 9-32, out.-dez. 1987.
- FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil : contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. Introdução. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A (orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.
- FORJAZ, M. C. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, 1997.
- GARCIA, M. A (org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1986.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino: Giulio Einaudi, 1975. 4v.
- KEINERT, F.; SILVA, D. A gênese da ciência política Brasileira. **Tempo Social**, v. 22, p. 79-98, 2010.
- LAMOUNIER, B. A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: LAMOUNIER, B. (Ed.). **A ciência política nos anos 80**. Brasília: UnB, 1982. p. 407-433.
- LAMOUNIER, B.; WEFFORT, F.; BENEVIDES, M. V (orgs.). **Direito, cidadania e participação**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- LEITE, F. Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 149-182, 2010.
- LYNCH, C. E. C. Por que *pensamento* e não *teoria*? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Dados**, v.56, n.4, p.727-767, 2013.

LESSA, R. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 17-60, 2011.

MACHADO, L. **Alguns aspectos atuais do problema do método, objetivo e divisões da ciência política**. São Paulo: USP, 1943.

MICELI, S. **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995.

_____. **História das ciências sociais no Brasil**. 2 ed. rev. São Paulo: Sumaré, 2001a.

_____. Para uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, S. (Ed.). **História das ciências sociais no Brasil**. 2 ed. rev. São Paulo: Sumaré, v.1, 2001b. p. 11-28.

_____. (org.) **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1993.

_____. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). V. 3: Política**. São Paulo: Sumaré, 1999a.

_____. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). V. 2: Sociologia**. São Paulo: Sumaré, 1999b.

MOISÉS, J. A. Sociedade civil, cultura, política e democracia: descaminhos da transição política. In: COVRE, M. (Ed.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense: 1986.

MOISÉS, J. A.; ALBUQUERQUE, J. A. G. (orgs.). **Dilemas da consolidação democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOREIRA, M. S. A poliarquia brasileira e a reforma política: análise de uma contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos à teoria política. **Dados**, vol. 57, n. 2, p.293-323, 2014.

MORSE, R. **O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

REIS, F. W. A propósito de ciência e dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 4, p. 299-309, 1966.

RICÚPERO, B. **Sete Lições Sobre as Interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.

SANTOS, W. G. A imaginação político-social brasileira. **Dados**, n. 3, p. 133-149, 1967.

_____. Raízes da imaginação política brasileira. **Dados**, n. 7, p. 137-161, 1970.

SOARES, G. A. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, p. 27-52, 2005.

SKINNER, Q. **Visions of politics: regarding method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. v. 1

WEFFORT, F. **Por que democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.